

GESTÃO PÚBLICA COMO CENTRO DA PAUTA NACIONAL DE DISCUSSÕES

Secretários reúnem-se no Rio de Janeiro para debater cenário eleitoral brasileiro, macroeconomia e agenda comum entre Consad, Confaz e Conseplan



Secretários e representantes da Administração/Gestão participam do Fórum Consad no Rio de Janeiro

Os secretários de Estado e representantes da Administração/Gestão de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Distrito Federal, de Goiás, do Espírito Santo, do Maranhão, de Minas Gerais, do Paraná, do Piauí, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte e do Tocantins participaram, entre os dias 30 de julho e 1º de agosto, do 95º Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração.

Organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), com o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o encontro foi realizado no hotel Windsor Atlântica,

na capital fluminense. A discussão girou em torno da modernização da gestão pública brasileira focada em resultados.

Na cerimônia de abertura, o presidente do Consad, Eduardo Diogo, revelou uma curiosidade histórica coerente com os propósitos do Fórum: o lema do brasão do Estado do Rio de Janeiro, que diz “gerir a coisa pública com retidão”. Para o também secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, o maior desafio da entidade é colocar a gestão pública como centro da pauta nacional.

De acordo com Eduardo Diogo, nos bastidores, a gestão é a grande

protagonista dos resultados, mas, para o cidadão comum, é praticamente anônima: só na hora em que não funciona é que aparece. “Quero provocar uma discussão no sentido de que a gestão pública é a grande responsável pelo sucesso de todas as políticas setoriais que se traduzem no serviço público de melhor qualidade levado para a população e, consequentemente, sua melhoria da qualidade de vida”.

E acrescentou: “O nosso objetivo é tentar com que os cidadãos que trabalham em prol deste País deem o devido crédito a esse assunto, que é abstrato, mas absolutamente veemente”. ➤

PÁG. 3

CONSAD E CONFAZ
PLANEJAM AÇÕES EM
CONJUNTO PARA O
EQUILÍBrio FISCAL

PÁG. 4

CIENTISTA POLÍTICO
DIZ QUE CENÁRIO
ELEITORAL DE 2014
ESTÁ INDEFINIDO

PÁG. 5

ESPECIALISTA REVELA
IMPACTOS DA ECONOMIA
GLOBAL NEGATIVA
PARA O BRASIL

EDITORIAL



Presidente do Consad, Eduardo Diogo

É A GESTÃO PÚBLICA, IDIOTA!

Faço, com essa frase, uma analogia a expressão utilizada por James Carville, marqueteiro da campanha de Bill Clinton. O meu objetivo é provocar uma reflexão coletiva no sentido de que a gestão pública é a grande responsável pelo sucesso de todas as políticas setoriais que se traduzem em um serviço público de qualidade. A gestão pública será determinante nas eleições do Brasil, já que essa foi a grande reivindicação da população durante as manifestações populares de junho de 2013.

Esse também foi o tom do 95º Fórum Consad, realizado no Rio de Janeiro, e que reuniu secretários de Estado da Administração/Gestão de todo o País. Durante dois dias, discutimos propostas para a modernização da gestão pública brasileira com foco em resultados. As palestras contemplaram, desde o cenário político das eleições deste ano, até a criação de uma agenda comum com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Sabemos que nos bastidores, a gestão pública é a grande protagonista dos resultados, bons ou ruins. Mas para o cidadão, ela é praticamente anônima. Por isso é tão importante o envolvimento de toda a sociedade na discussão.

Boa leitura a todos!

PAUTAS RELEVANTES

O presidente do Consad falou, ainda, sobre a programação do evento, que contemplou temas referentes às ciências políticas e à macroeconomia, e também sobre a formulação de uma agenda comum entre o Consad, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan).

Tudo isso será discutido em reunião conjunta, no 96º Fórum Consad, a ser realizado de 12 a 14 de novembro deste ano, em Brasília. "Temos 90% de interesses convergentes", pontuou Eduardo Diogo. Já o coordenador do Confaz e secretário da Fazenda do Estado do Pará, José Barroso Tostes Neto, considerou "extremamente oportuno fazer essa integração".

PALCO DE DISCUSSÕES

Eduardo Diogo também deu às boas-vindas ao anfitrião do evento, Francisco Caldas, recém-empossado como secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, em substituição a Sérgio Ruy Barbosa, agora secretário da Fazenda. "Ganha o Consad com a sua presença mais ativa e a sua competência de grande destaque", elogiou.

O secretário Francisco Caldas manifestou a alegria de o Estado do Rio de Janeiro sediar o 95º Fórum Consad: "O Rio vai sempre estar na fila para ser palco dessas discussões, que nos ajudam a

enfrentar os desafios da Administração Pública". Para ele, o Consad é um importante espaço para "aprendermos a implantar políticas públicas com as melhores práticas, ajudando a dar a nossa contribuição ao Brasil".

MISSÃO INTERNACIONAL

Depois das missões técnicas à Espanha, ao Reino Unido, aos Estados Unidos, ao Canadá, ao Chile e à Austrália, o Consad planeja, para 2015, uma visita à Coreia do Sul, na companhia dos conselheiros do Conseplan. Eduardo Diogo explicou que essa iniciativa, coordenada pela presidente da e-Stratégia Pública, Florencia Ferrer, é uma grande oportunidade de intercâmbio reservada, pela atual gestão, para os futuros secretários, que tomarão posse no ano que vem.

A viagem é vista com muita expectativa pelo governo coreano, que tem a intenção de estreitar as alianças público-privadas com o Brasil, uma ação bem comum da Coreia do Sul com outros países sul-americanos, como o Equador e a Costa Rica. "Podemos contribuir para construir uma agenda de interesse mútuo para os países", justificou Florencia Ferrer.

CONGRESSO CONSAD

O VIII Congresso Consad de Gestão Pública já tem data e local definidos: nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2015, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. ■



O secretário Francisco Caldas, anfitrião do evento, e Eduardo Diogo, presidente do Consad

UMA AGENDA COMUM EM PROL DO EQUÍLIBRIO FISCAL

Consad e Confaz planejam ações em conjunto a fim de manter a sustentabilidade das contas públicas nos estados

O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e secretário da Fazenda do Estado do Pará, José Barroso Tostes Neto, acredita que as áreas de Administração/Gestão, Fazenda e Planejamento devem se integrar para compor um tripé básico a fim de preservar o equilíbrio fiscal. "Por isso, o Confaz tem todo o interesse em construir uma agenda comum com o Consad", adiantou.

Tostes Neto afirmou que o Confaz trabalha para fomentar o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade das contas públicas estaduais. Ele citou o Programa Profisco, patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como exemplo de modernização da administração tributária dos estados. "Os avanços que trouxe para a área foram enormes. Agora, precisamos de um projeto que estenda os benefícios da administração tributária para outros setores da Administração Pública", reivindicou.

ESTADOS ENDIVIDADOS

O secretário de Fazenda do Pará traçou um panorama das finanças públicas no Brasil, no qual destacou o problema das dívidas estaduais. Segundo ele, a diminuição do superávit primário e o baixo crescimento econômico levaram a um crescente endividamento por parte dos estados. "De um montante de R\$ 4,5 bilhões repassados, na forma de operações de crédito para os estados, em 2009, passou-se, em 2014, para R\$ 43,2 bilhões em empréstimos creditados", comparou.

Ele chamou a atenção para o fato de que estas últimas operações não foram contratadas; são, na verdade, recursos liberados, o que indica um endividamento "crescente e perigoso". E advertiu: "Existe o risco de um cenário de novo refinanciamento da dívida, como aconteceu em 1998, pois a maioria dos estados



Tostes Neto falou sobre as finanças estaduais

está dependendo, atualmente, dessas operações de crédito".

Tostes Neto ressaltou, ainda, que os governos estaduais estão precisando usar, cada vez mais, as suas próprias receitas para manter o equilíbrio. Isso se deve também às postergações de transferências do Governo Federal, como o Programa Refir e o Fundo de Estímulo às Importações. "O que causou o maior resultado primário nos últimos 12 anos", acrescentou.

O coordenador do Confaz contou que, desde abril deste ano, as receitas transferidas deixaram de ser repassadas no próprio mês. "Se isso continuar, terminaremos o ano de 2014 com apenas 11 repasses. Um vai ficar para 2015 e teremos muitas dificuldades para fechar as metas pré-estabelecidas", alertou.

PROJETOS DE LEI

Com relação aos projetos com impactos financeiros nos estados, Tostes

Neto citou alguns já aprovados ou em tramitação no Congresso Nacional, como a PEC 300, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade da equiparação da remuneração dos policiais militares dos estados com a da PM do Distrito Federal. Além disso, a PEC estende esse dispositivo à remuneração dos bombeiros militares e aos inativos das duas corporações. "Essa iniciativa tem um poder de destruição das finanças estaduais, o que significaria a falência do sistema", previu.

Já a PEC 406, de 2009, trata do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que é um imposto estadual, cuja parcela destinada aos municípios aumenta de 25% para 30% do total arrecadado, o que o coordenador do Confaz também considera "um desajuste".

CENÁRIO ELEITORAL BRASILEIRO AINDA INDEFINIDO

Cientista político projeta que corrida eleitoral irá para o segundo turno, com possível vitória para a atual presidente Dilma Rousseff



O cientista político Jairo Nicolau analisou as chances de cada candidato na disputa presidencial

O professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em sistemas eleitorais, Jairo Marconi Nicolau, traçou as perspectivas do atual cenário eleitoral do Brasil e avaliou as chances de cada candidato na disputa presidencial de outubro.

Jairo comentou que as eleições deste ano têm uma peculiaridade: um grande número de eleitores deve votar em branco ou anular o voto. "O índice de indecisos também aumentou muito em virtude da crescente rejeição ao governo Dilma", atestou. O que, porém, deve determinar o resultado nas urnas é a estagnação econômica em que o País se encontra. "O governo não terá nenhuma boa notícia para oferecer até novembro", disse.

Para ele, a campanha eleitoral ainda não entrou na agenda do cidadão, o que pode ser atribuído ao envolvimento do brasileiro com a Copa do Mundo, reali-

zada recentemente no Brasil. A expectativa é de que a população se envolva nas discussões políticas a partir do dia 19 de agosto, quando começa a propaganda partidária na televisão e no rádio.

AMBIENTE DESFAVORÁVEL

O especialista acredita que, desta vez, o governo do PT entra na disputa pela reeleição em um ambiente mais desfavorável do que nas campanhas de 2006 e 2010. "O cenário eleitoral brasileiro ainda está indefinido, e as projeções indicam o segundo turno", adiantou.

Mesmo em um cenário ruim, abalado pela economia e pela queda de popularidade da presidente, a expectativa para o primeiro turno aponta Dilma Rousseff com 39% das intenções de votos, seguida pelo candidato Aécio Neves (PSDB), com 28%. Já Eduardo Campos (PSB), terminaria as eleições com 14%.

Por uma perspectiva mais pessimista para o PT, Dilma alcançaria 38%

dos votos, Aécio 32% e Eduardo 10%. "A questão é se Dilma conseguirá manter o padrão das votações expressivas no Nordeste, em Minas Gerais e em Pernambuco", especulou Jairo. É que, pela primeira vez, haverá um candidato com domicílio eleitoral em Minas Gerais: Aécio Neves.

O professor salientou que, em seu Estado, Aécio lidera as pesquisas, quebrando um ciclo de três vitórias petistas. A mesma coisa deve acontecer em Pernambuco, que tem candidato próprio: Eduardo Campos.

Outra novidade, de acordo com Jairo, é que "vamos entrar na disputa com dois candidatos, Aécio Neves e Eduardo Campos, praticamente desconhecidos de boa parte da população, em comparação com os candidatos de campanhas anteriores", comparou. Antes de 2002, por exemplo, o candidato de oposição era Luiz Inácio Lula da Silva, que concorria pela primeira vez à Presidência da República. ■

RISCO DE RECESSÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

Apesar da recuperação lenta e gradual da economia americana, ameaça de juros em 2015 pode afetar países emergentes, como o Brasil

"Ocrescimento econômico mundial está muito acanhado". A conclusão é do diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos do Banco Bradesco, Octavio de Barros. Segundo o economista, o comércio mundial está piorando e não há sinais de recuperação para este ano. "A economia global está negativa. As exportações no mundo inteiro, em 12 meses, atingiram -0,59%", afirmou.

A título de exemplo, Barros lembrou que a China, o maior exportador do planeta, respondia, até pouco tempo, por aproximadamente 33% das exportações, mas, atualmente, apenas por 3%. O caso da Alemanha não é diferente: -3,6%, no último ano. As exportações na União Europeia, por sua vez, despencaram para -6,5%. "A economia americana melhora gradualmente, apesar do PIB de 1,7% esperado para o segundo trimestre. A prioridade do FED é recuperar o mercado imobiliário", adiantou.

O diretor do Bradesco informou que o melhor indicador de como está a economia mundial encontra-se nos dados dos títulos do Tesouro Americano, que financia, há 10 anos, a juros de 2,55% ao ano. "As taxas estão bem comportadas. Se a economia americana estivesse, de fato, bombando, isso afetaria os países emergentes", explicou.

AMEAÇAS AO BRASIL

Ele alertou, a propósito, que a grande ameaça para o Brasil está na possibilidade de os juros nos Estados Unidos aumentarem – o que está previsto para acontecer entre o final de 2015 e começo de 2016. "O risco de recessão técnica não pode ser descartado, mas tenho grandes



dúvidas se o EUA vão carregar a economia global nas costas", avaliou.

Outra preocupação para o País é com a China, que, daqui a 5 ou 10 anos, passará a crescer como uma economia normal, ou seja, em torno de 4% a 5%. "A China está enfrentando dificuldades em seus mercados de exportação e se voltando para dentro, o que significa um crescimento menor, potencializado pela inflação, pela desvalorização do câmbio e pelas pressões no setor de serviços", salientou.

O também vice-presidente da Câmara de Comércio França-Brasil comparou as previsões do FMI, que revisou para baixo o crescimento de todos os países. A expectativa para este ano é de 3,7% e, para 2015, não ultrapassa os 4% – a economia brasileira soma 1,3% neste ano e 2% em 2015. Para o ano que vem, o PIB america-

no chega 3%, enquanto o da União Europeia está em declínio, com 1,5%.

A despeito desse cenário negativo, para ele, o Brasil "não tem nenhum problema que possa ser classificado como insolúvel". O economista acusou, aliás, a mídia de dar um tom "muito mais negativo do que aquilo que seria justificável, o que contamina a visão do empresário". E completou: "A situação pode ser facilmente revertida com a melhora da confiança por parte dos agentes econômicos".

ANO ELEITORAL

Para Octavio de Barros, todo ano eleitoral já é "carregado de negativismo e de críticas contundentes; no entanto, em 2014, está exagerado", desabafou. Em sua opinião, quem quer que seja o novo presidente, a Administração Pública precisa se preocupar com a questão da confiança, "o estímulo mais barato que existe. O País é dono de uma economia robusta e diversificada. Independentemente de governo, possuímos uma massa crítica e econômica que consegue avançar", acrescentou.

LEGADO DA COPA

O economista também revelou dados de uma pesquisa que o Bradesco realizou para avaliar a Copa do Mundo. Dos 1.800 empresários entrevistados, 69,2% consideraram que, em geral, o mundial foi um sucesso, e 68,3% muito bom ao ponto de vista organizacional. Quando questionados sobre o legado que o evento e os Jogos Olímpicos de 2016 devem deixar para o próprio negócio, a médio e longo prazos, 31,8% avaliaram que deve ser negativo. "Ficou a memória de um País que parou", concluiu. ■

ESTADOS INVESTEM EM AÇÕES INOVADORAS

Secretários de Estado da Administração/Gestão revelam projetos estratégicos para modernizar e racionalizar os custos estaduais

Nos últimos sete anos, o Rio de Janeiro tem experimentado bons momentos de evolução nas compras públicas. O subsecretário-geral da Secretaria de Planejamento e Gestão, Fábio Nunes, contou que foram criados diversos programas na área de logística, e que o volume de compras passou de R\$ 4 bilhões para R\$ 10 bilhões por ano.

Desde que foi publicado o Decreto nº 40.497/2007, determinou-se a obrigatoriedade do pregão eletrônico. Também houve um alinhamento estratégico para modernizar e racionalizar a organização estadual. Criou-se, assim, a Subsecretaria de Recursos Logísticos, que alinha as compras públicas à cadeia de suprimentos do Estado.

A primeira iniciativa foi a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (Siga). "Hoje temos uma mesma base de dados, que registra todas as compras praticadas nos órgãos. Com a ferramenta, estabeleceu-se uma padronização do catálogo de bens e serviços e o acompanhamento do desempenho dos fornecedores", disse.

Outro destaque é o Programa Compra Mais, que aumenta a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas.



Fábio Nunes listou as iniciativas desse sucesso no Rio de Janeiro

PROGRAMAS DE DESTAQUE

Em Minas Gerais, já está em funcionamento o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que reúne, em uma só estrutura física, a operação de atividades administrativas e operacionais comuns de áreas-meio de 36 órgãos sediados na Cidade Administrativa. "Deixamos de gastar tempo, energia e recursos em atividades comuns. Na gestão de compras, vamos economizar R\$ 15 milhões só neste ano", revelou a secretária de Estado do Planejamento e Gestão, Renata Vilhena.

O secretário de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, Pablo Rodnitzky, falou sobre a Incubadora Pública ES+Criativo. A plataforma receberá propostas embrionárias de qualquer área governamental, por meio de edital, e contará com o apoio de toda a assessoria e da rede de parceiros da secretaria. "Muitas vezes, as ideias brilhantes morrem por

falta de apoio ou estrutura nos próprios órgãos, seja por não existir um plano de negócios, seja por não se saber colocar o projeto em prática", lamentou.

Na Bahia, o secretário de Estado da Administração, Edelvino Góes, destacou a Rede SAC, que concentra unidades do serviço público em um só lugar. O secretário também citou o Ponto Cidadão, que atende, atualmente, a 37 municípios do Estado. "É uma evolução na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos", frisou.

O secretário de Estado da Administração do Tocantins, Lúcio Mascarenhas, comemorou a fusão da sua secretaria com a de Planejamento e Gestão. "O primeiro passo foi descentralizar a construção da folha de pagamento; agora, ficamos só com o controle e a fiscalização", justificou.

No Distrito Federal, o diferencial manifesta-se no projeto Jovem Candango, que segue a metodologia de um programa de aprendizagem e é destinado à população em situação de risco social, com idade entre 14 e 18 anos. "É um projeto que provoca impacto sobre os principais problemas causadores da vulnerabilidade e da exclusão social: evasão escolar, baixa renda, desemprego e violência", afirmou a secretária-adjunta da Secretaria da Administração Pública do DF, Jackeline Domingues, que representou Wilmar Lacerda.

POR UM SISTEMA DE SAÚDE PREVENTIVO

Afastamento da força de trabalho por motivo de doença chega a 40% ao ano em alguns estados, aponta estudo do GT Saúde do Servidor

A subsecretária de Saúde, Segurança e Previdência dos Servidores do Distrito Federal, Luciane Araújo, apresentou um relatório do Grupo de Trabalho Saúde do Servidor com índices de absenteísmo-doença, proporção de adoecimentos e custo dos afastamentos dos servidores estatutários do DF e dos estados do Espírito Santo, de Santa Ca-

tarina e do Rio Grande do Sul, no biênio 2011/2012.

Luciane explicou que, anualmente, alguns estados contabilizam um afastamento acima de 40% da força de trabalho por motivo de doença. É o caso do DF, com 48%, e do RS, com 42%. "Saúde impacta direto nos cofres públicos. No DF, isso representa um aumento de

20% no valor bruto do dia trabalhado de cada servidor estatutário", disse.

Geralmente, o absenteísmo está ligado a transtornos mentais e comportamentais, doenças do sistema osteomuscular e do tecido e males do aparelho respiratório. A pesquisa ainda será incrementada com dados do Acre, de Alagoas, do Ceará e do Pará.

EM BUSCA DO FORTALECIMENTO DAS COMPRAS PÚBLICAS

Grupo de Trabalho, formado por conselheiros do Consad, do Conseplan, do Gefin/Confaz e do BID, analisa a qualidade do gasto nos estados federativos

Para o especialista sênior em aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Carlos Lago, as compras públicas são um importante instrumento de política pública na discussão da qualidade do gasto, o que gera avanços e inovações nos estados. O tema faz parte da pauta de discussão do Grupo de Trabalho formado por conselheiros do Consad, do Conseplan, do Gefin/Confaz e do BID.

Segundo o especialista do BID, iniciativas bem-sucedidas na área de contratação pública exigem uma adaptação da estratégia de implantação aos mecanismos de

capacitação dos perfis de liderança, considerando as potencialidades e as restrições locais. “Precisamos de uma rede de cooperação entre os estados, visando ao intercâmbio de experiências e práticas inovadoras de gestão”.

Para tanto, Carlos Lago preparou um questionário que contém os seguintes tópicos: marco regulatório de compras estaduais, indicadores e estatísticas do Estado, abrangência do Sistema Estadual de Contratação, registro de fornecedores e capacitação de usuários. O resultado da pesquisa será divulgado no 96º Fórum Consad, em Brasília. ■



Carlos Lago: qualidade do gasto

PRIORIDADE PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Projeto-piloto do Sebrae, Consad e Instituto de Compras Governamentais aponta um aumento de 10% a ano da participação das MPEs nas compras públicas

A participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas aumenta 10% a cada ano, segundo a coordenadora do Programa Compras Governamentais do Sebrae Nacional, Denise Donati. Entre janeiro e dezembro de 2013, por exemplo, foram gastos R\$ 68,4 bilhões na aquisição de bens e serviços, sendo 30% (ou R\$ 20,5 bilhões) para contratações de MPEs – um acréscimo de 33% em relação a 2012.

Os dados fazem parte do Programa de Estímulo – Compras Governamentais e Pequenos Negócios, um projeto-piloto que traz indicadores para medir a efetividade da Lei



Denise Donati, do Sebrae: capacitação para compras com MPEs
Geral da Micro e Pequena Empresa no Ceará, no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Pará e no Rio Grande do Sul. A ação, que segue até novembro deste

ano, tem o apoio do Consad e do Instituto de Compras Governamentais (ICG).

Para a secretária do Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Renata Vilhena, a iniciativa é muito importante, “pois fortalece o mercado local, gera emprego, renda e desenvolvimento”. A previsão é de que, após a conclusão do projeto-piloto, o Consad eleja mais quatro estados para participar da certificação de gestores públicos habilitados a realizar compras com micro e pequenas empresas. “A ideia é ampliar para todo o Brasil”, concluiu o diretor do ICG, Roberto Baccarat. ■

A FAVOR DE UMA REFORMA NA GESTÃO

Especialistas sugerem debate sobre modernização da gestão, com texto para apreciação popular, a ser entregue aos futuros governantes do País

A reforma republicana da Gestão Pública já entrou na pauta de discussão da sociedade civil, na internet. E a ação resultou na criação de um documento, elaborado por especialistas e profissionais da área, que pedem, aos candidatos que serão eleitos em outubro, o comprometimento com as sugestões do texto.

A assessora do Consad, Evelyn Levy, informou que o material está disponível no Facebook, na fanpage Reforma da Gestão Pública Brasileira, em duas versões: uma breve e outra que se aprofunda em algumas questões. "Quem entrar na página e estiver de acordo com as propostas pode assinar a petição para pedir engajamento dos candidatos", disse.

Evelyn Levy advertiu sobre a urgência de mobilizar a sociedade e as forças políticas no propósito de acelerar o processo de reforma do Estado, fortalecendo a sua capacidade de prestação de serviços e a qualidade de vida do cidadão brasileiro. "Os políticos acabam fazendo o que a so-



Humberto Falcão: comprometimento dos candidatos

ciedade pede. Por isso, é importante que ela se envolva na discussão", justificou.

Para o presidente da Iplan/Rio, Ricardo Oliveira, que também participou da elaboração do documento, há uma série de ações para tornar a Gestão Pública mais eficiente. Entre as propostas estão: fortalecer a cultura de planejamento de curto e longo prazos e de avaliação das políticas públicas; planejar a quantidade e o perfil dos servidores a serem contratados; tornar as administrações governamentais mais enxutas; e modernizar a legislação e o sistema de compras.

AVANÇOS SIGNIFICATIVOS

O diretor do Instituto Publix, Humberto Falcão, concorda que houve avanços significativos na área nos últimos 25 anos. Segundo ele, foi somente com a Constituição de 1988 que a proteção social passou a ser concebida e configurada em um estado de bem-estar social. Entretanto, avaliou, a Carta Magna não dispõe de mecanismos para dinamizar a economia de mercado e tornar a Administração Pública mais eficiente.

Foi na década de 90, do século passado, explicou Falcão, que foram criadas novas regras disciplinando as finanças públicas, para resolver a crise fiscal no País. Nos anos 2000, ampliaram-se as políticas de inclusão social, que resultaram na expansão dos serviços à população. "As mudanças foram muitas, mas os resultados, fracos. Os elos precisam estar conectados, e a relação entre administração e política precisa ser redefinida", analisou.

DIVULGAÇÃO MAIS EFICAZ E COM FOCO NO CIDADÃO

Jornalismo baseado em dados é uma alternativa usada pelo jornal O Globo para publicar ações de interesse da população durante o período eleitoral

Especialista em jornalismo de precisão e de dados, o cientista político e professor universitário Fábio Vasconcellos trabalha há 14 anos no jornal carioca O Globo. Ele participou de um debate com os assessores de imprensa das secretarias de Estado da Administração/Gestão de Alagoas, da Bahia, do

Ceará, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e do Tocantins – que fazem parte do Grupo de Trabalho da Comunicação do Consad – sobre a divulgação de ações do governo no período eleitoral, na visão da imprensa.

Vasconcellos revelou que a publicação de matérias governamentais nesse

período está totalmente ligada à linha editorial adotada por veículo. "No nosso caso, aproveitamos a base bruta das informações fornecidas pelas assessorias, mas com liberdade para fazer nosso próprio cruzamento de dados e conclusões. Isso nos dá independência, exclusividade e fundamento", completou.

Edição: AP Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: DUO Design
Coordenação: Mariana Pereira
Jornalista: Paula Fonseca
Revisão: Corina Barra // Fotos: Rachel Camargo
Impressão: Mais Soluções Gráficas // Tiragem: 1.500

CONSAD
Edifício Multiempresarial
SRTVS Quadra 701 Bloco O Entrada A
Salas 128-130 | CEP: 70.340-000 | Brasília-DF
Telefax: (61) 3322-5520
Secretária executiva: Iracy Gomes
E-mail: consad@consad.org.br
Site: www.consad.org.br
Facebook: Congresso.Consad
Twitter: @consad_

PRESIDÊNCIA - Eduardo Diogo - Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará • **VICE-PRESIDÊNCIA - Renata Vilhena** - Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais • **Wilmar Lacerda** - Secretário de Estado da Administração Pública do Distrito Federal • **JUNTA FISCAL** - Secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas, **Alexandre Lages Cavalcante** - Secretário de Estado da Administração de Tocantins, **Lucia Mascarenhas Martins** • **CONSELHEIROS** - Secretário de Estado de Gestão Administrativa do Acre, **Francisco Armando de Figueiredo Melo** - Secretário de Estado da Administração do Amapá, **Benedita Barbosa Vieira** - Secretária de Estado da Administração e Gestão do Amazonas, **Lígia Abraham Fraxe Licatti** - Secretário de Estado da Administração da Bahia, **Edelvino da Silva Góes Filho** - Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, **Pablo Rdonitzky** - Secretário de Estado da Gestão e Planejamento de Goiás, **Leonardo Moura Vilela** - Secretário de Estado da Gestão e Previdência do Maranhão, **Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto** - Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso, **Pedro Elias Domingos de Mello** - Secretária de Estado da Administração de Mato

Grosso do Sul, **Thei Higuchi Viegas dos Santos** - Secretária de Estado da Administração do Pará, **Alice Viana Soares** - Secretária de Estado da Administração da Paraíba, **Lívânia Maria da Silva Farias** - Secretária de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, **Dinorah Botto Portugal Nogara** - Secretário de Estado da Administração de Pernambuco, **José Francisco de Melo Cavalcanti Neto** - Secretário de Estado da Administração do Piauí, **João Henrique de Almeida Sousa** - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, **Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto** - Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, **Antônio Alber da Nóbrega** - Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, **Alessandro Pires Barcellos** - Secretaria de Estado da Administração de Rondônia, **Carla Mitsuko Ito** - (superintendente) • Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração de Roraima, **Gerlane Baccarin** - Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina, **Derly Massaud de Anunciação** - Secretário de Estado de Gestão Pública de São Paulo, **Waldemir Aparício Caputo** - Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Sergipe, **João Augusto Gama da Silva**.

EXPEDIENTE